

Índice

Despertar cristão na China	1
Pequim restringe a liberdade religiosa.....	3

Despertar cristão na China

Nas últimas décadas aumentou o interesse da população chinesa pela religião e cresceu bastante o número de novos cristãos. Calcula-se que, desde os anos 80 do século passado, o cristianismo está a crescer a um ritmo anual de 7 %, e ainda mais nas novas classes urbanas, entre os jovens e os universitários. Este despertar religioso é atualmente uma das principais preocupações do regime.

Não há estimativas seguras sobre o número de crentes na China e os dados variam consoante a fonte. As oficiais tendem a minimizar o impacto da religião: segundo as últimas que foram publicadas, de 2010, a população chinesa seria maioritariamente atea e somente 10 % das pessoas professariam alguma forma de crença. O estudo do Pew Research Center, de há quatro anos, aumentava a percentagem para 14 %. Se se alargar o conceito de religião e se incluírem tradições espirituais como o taoísmo, a percentagem atinge os 31,4 %, de acordo com uma investigação da Universidade de Xangai.

O que não se discute é que, depois da morte de Mao e do fim da política explicitamente hostil à religião, ressurgiu a espiritualidade e, concretamente, cresceu significativamente o número de cristãos, num processo de tal magnitude que Ian Johnson, em ["The Souls of China: The Return of Religion after Mao"](#) (Allan Lane, 2017), o comparou com o "Grande Despertar" norte-americano. Na investigação que efetuou a propósito do seu livro, constatou a proliferação de templos taoístas, grupos de meditação e movimentos budistas. E calcula que existem cerca de 200 milhões de praticantes de

religiões orientais, com as quais o regime se mostra mais tolerante – à exceção do budismo tibetano.

Vazio moral

Avallar, todavia, a presença cristã é muito mais complicado porque, apesar de tanto o catolicismo como o protestantismo serem duas das cinco religiões reconhecidas pelo Estado, muitos cristãos praticam a sua fé de modo clandestino, à margem das associações religiosas controladas pelas autoridades. Estima-se que pode haver entre 70 e 100 milhões de cristãos, muitos mais, em qualquer caso, do que os números oficiais.

Este ressurgimento obedece a várias causas. Por um lado, o processo de abertura desde Deng Xiaoping teve um impacto económico, mas também cultural, aumentando a permeabilidade da população ao estrangeiro. Ao mesmo tempo, as pessoas ganharam consciência da crise moral e cultural deixada pela Revolução Cultural e pelo ateísmo marxista. Além disso, as novas classes urbanas, com bons rendimentos e com menos preconceitos, repararam que a alternativa à ideologia oficial, o consumismo individualista, também não é satisfatória do ponto de vista existencial.

"Antes pensávamos que não éramos felizes por sermos pobres", explica um cidadão chinês a Ian Johnson; "agora muitos de nós não são pobres, mas continuamos a ser infelizes". É este vazio o que levou a população a interessar-se pela espiritualidade e, concretamente, pelo cristianismo. Kin Sheung Chieretto Yang afirma em ["Al otro lado de la Gran Muralla: Retos y perspectivas del cristianismo en China"](#)

(Ciudad Nueva, 2016), que o surgimento de novas necessidades emocionais e morais nas classes urbanas foi decisivo para o renascer cristão.

Também foi importante a constatação da utilidade social da religião: iniciativas de crentes estão a satisfazer necessidades provocadas pelas mudanças demográficas e económicas, como o envelhecimento da população, o abandono do campo e o êxodo em massa para as grandes cidades, a solidão, a escassez e a ineficácia presentes nos serviços públicos, etc. Inclusivamente, na tomada de consciência ambiental, está a sentir-se a influência que tem a fé cristã ([“The New York Times”, 12.7.2017](#)).

Cristianismo cultural

Mas não se pode explicar esta “primavera cristã” apenas por fatores sociais, económicos ou morais. Também teve a ver com a superação dos receios que a cultura chinesa sentiu tradicionalmente perante fenómenos de proveniência estrangeira, assim como o fascínio dos que habitam nas cidades pelo ocidental. No caso das religiões, é precisamente esse atrativo o que preocupa os dirigentes e o que os levou a promulgar leis que restringem o campo de atuação da fé.

Como indicava há alguns anos Jillian Kay Melchior num artigo sobre os novos cristãos no gigante asiático, a mensagem cristã “encontrou o seu lugar na cultura chinesa” e, ao converter-se num fenómeno “de atração em massa”, deixou de ser minoritária ([“China’s New Christians”, “First Things”, 1.10.2013](#)). Esta mudança de atitude é consequência do que Liu Xiaofeng denominou na década de 80 o “cristianismo cultural”, uma expressão adotada para fazer referência ao interesse que os intelectuais mostravam então pela tradição e cultura cristãs. Em muitos casos, essa inclinação não era seguida de conversões, mas serviu para aproximar o cristianismo das pessoas.

Paulatinamente foi mudando o âmbito de difusão do cristianismo. Se antes se estendia sobretudo nas zonas rurais e através das relações familiares, os que se aproximam da fé são hoje as classes urbanas, pessoas com formação e jovens universitários, isto é, aqueles que se encontram mais abertos às influências estrangeiras. Aquilo que os seduz, na opinião de Johnson, é a dimensão comunitária e o compromisso pessoal e social que implica o cristianismo.

De facto, para Rodney Stark e Xiuhua Wang, autores de [“A Star in the East: The Rise of Christianity in China”](#) (Templeton Press, 2015), o espetacular crescimento do cristianismo nos últimos tempos está relacionado com a identificação que estabelece a mente chinesa entre modernidade, progresso e cultura cristã. E calculam que, se continuar o ritmo de crescimento, em 2030, haverá quase 300 milhões de cristãos no país. O cristianismo converteu-se numa moda entre os universitários: já em 2008, um estudo realizado por Tang

Xiaofeng, salientava que 4,75 % dos estudantes das universidades de Xangai eram cristãos, uma percentagem maior do que a do conjunto da população.

O arranque protestante

Entre as diversas confissões cristãs, é o protestantismo evangélico a que mais aumentou nas últimas décadas. Segundo o Pew, existem na China 58 milhões de protestantes e 9 milhões de católicos; as autoridades falam de 6 milhões de católicos e 23 milhões de protestantes. A expansão do protestantismo está relacionada com a maior penetração na sociedade urbana de grupos e iniciativas evangélicas e pentecostais, o que acabou por inverter a proporção: em 1949, havia três católicos por protestante.

Embora o catolicismo cresça a menor ritmo, isso não significa que esteja em retrocesso. A Igreja “patriótica” (reconhecida pelo governo) deu a conhecer o número de novos batizados na Páscoa de 2017: quase 20 000. A eles ter-se-iam de acrescentar os que se envolvem em movimentos clandestinos. Por outro lado, deve ter-se em conta que os inquiridos podem ser pouco representativos no caso do catolicismo, por estar muito concentrado geograficamente, especialmente nas províncias de Hebei e Shanxi.

Muito menos parece casual o crescimento do protestantismo evangélico entre as classes urbanas mais atentas às ondas “modernizadoras”: por ser uma corrente pouco doutrinária e mais espontânea, propagada informalmente, que sublinha a experiência subjetiva e emocional da fé, enquadra-se mais facilmente com os estilos de vida que se estão a impor. E embora a Igreja católica “clandestina” ofereça um testemunho heroico de fé, também fértil de um ponto de vista apostólico, a hostilidade do partido para com ela é um obstáculo ao seu trabalho missionário.

Segundo Yang, a dualidade entre os cristãos que pertencem à Igreja “patriótica” e os que vivem na clandestinidade, pode fazer surgir no crente uma espécie de contraponto entre a lealdade que deve à sua cultura e a fidelidade ao catolicismo. Tanto Yang como Joseph You Gou Jiang, jesuíta chinês, pensam que se a Igreja quer aproveitar as novas oportunidades de evangelização, deve adaptar-se à realidade do país e, sem abandonar a sua identidade, desenvolver um catolicismo “com traços chineses” ([“Il cattolicesimo in Cina nel XXI secolo”, “La Civiltà Cattolica”, 3.6.2017](#)).

Desafios para o catolicismo

Anthony E. Clark, especialista em história chinesa, pensa, pelo contrário, que a resposta não está na “sinonização” da religião católica e recorda que existe presença cristã desde finais do século XVI. Na sua opinião, o problema não é cultural mas político. O confronto entre a República Popular da China e o Vaticano, especialmente no tema da nomeação dos bispos, onde se tem avançado com lentidão, e a perseguição que sofrem os católicos, é o que determinou a situação atual do catolicismo (“[China's Catholics: Perseverance under Peter](#)”, “The Catholic World Report”, 20.6.2017). Além disso, o que se depreende do avanço do protestantismo é a predileção das novas classes urbanas pelo ocidental, não a sua rejeição.

Mas certamente a desunião é o principal desafio que enfrenta a fé católica, de acordo com um relatório publicado em 2016 pela Caritas in Veritate International, uma confederação de associações católicas patrocinada pelo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral que organiza encontros anuais entre católicos ocidentais e chineses – leigos, sacerdotes e bispos. No documento, os participantes sublinham estar preocupados com a diminuição de vocações sacerdotais: há atualmente 900 seminaristas na China e apenas 3316 sacerdotes, segundo os dados apresentados pela Conferência Episcopal.

Joseph You Guo Jiang pensa que a expansão do catolicismo exige melhorar a formação dos leigos e promover movimentos e iniciativas comunitárias com fins sociais. Propõe também intensificar a evangelização através das redes sociais e das plataformas digitais. Mas os católicos poderão intensificar a sua presença só se as autoridades o permitirem, o que, de acordo com o que se sabe, não parece muito provável.

J. C.

Pequim restringe a liberdade religiosa

O novo regulamento chinês sobre atividades religiosas está pensado para submeter os crentes clandestinos.

Desde 1979, que a República Popular da China reconhece um certo grau de liberdade religiosa, mas apenas nominalmente, pois está subordinada ao controlo estatal. Ora, o regime não desconhece a crise moral e ideológica que deixou a sua longa ditadura. O presidente Xi Jinping tentou fortalecer a sua liderança brandindo a luta contra a corrupção, que é o que mais preocupa as pessoas. Para isso, encetou diversas iniciativas que têm como objetivo moralizar o país. Mas a sua intenção

não é ética: pretende com elas recuperar a cultura chinesa e contrariar a “perigosa” influência ocidental.

Assim, o regime comunista acabou por impor um duplo padrão no momento de regulamentar a prática religiosa. Por um lado, deixa margem e dá as boas-vindas às tradições religiosas nacionais e aos movimentos intrinsecamente chineses, como o confucionismo, mas iniciou uma política de linha dura contra o cristianismo. Em setembro, foi aprovado um novo regulamento sobre atividades religiosas, entrado em vigor no mês de fevereiro, e que parece ter sido redigido com o objetivo de travar a difusão do cristianismo.

Uma nova perseguição

Tem de se esperar para ver quais serão em concreto as consequências, mas o que está claro, segundo Anthony E. Clark, é que desde 1979 não houve um momento de maior repressão contra os fiéis cristãos do que o atual.

O novo regulamento é, na realidade, a formalização oficial da hostilidade para com o cristianismo iniciada em 2014. Desde essa altura, a demolição de igrejas – no passado mês de dezembro foram derrubadas várias na província de Shanxi – ou de cruzeiros, a substituição das imagens cristãs pela efígie de Xi, o encerramento de paróquias, a proibição da formação cristã das crianças nos lares, como ocorreu em Henan ou em Fujian, assim como a perseguição e prisão de líderes e membros de comunidades cristãs, foi constante. Os relatórios que regularmente publica a ChinaAid permitem fazer uma ideia de como se intensificou a perseguição.

Outras medidas também limitaram a ação de determinados movimentos cristãos, como a estrita regulamentação das ONG estrangeiras promulgada no ano passado, que dota as autoridades da suficiente discricionariedade para proibir o trabalho das de inspiração cristã. Isto, além de restringir a sua capacidade evangelizadora, pode vir a prejudicar a população, visto que impede muitas iniciativas de atender necessidades sociais.

Repressão

O diretor do Departamento de Assuntos Religiosos, Wang Zuoran, explicou que esta reforma é necessária, porque “as potências estrangeiras” aumentaram a sua presença no país através de grupos religiosos e o “extremismo” está-se a estender. As medidas têm um amplo alcance e são sobretudo dirigidas a perseguir a fé clandestina.

A partir de fevereiro aumentou o controlo e a investigação das atividades dos grupos não autorizados e passou a ser proibida

expressamente a formação religiosa, as reuniões e quaisquer outras atuações realizadas por organizações não registadas. Estabeleceram-se mais restrições que afetam os grupos religiosos que se dedicam ao ensino. Para evitar a influência estrangeira, ficou previsto um controlo exaustivo: serão fiscalizados os contactos das organizações religiosas chinesas com o estrangeiro e quem viajar para fora do país por motivos religiosos deverá solicitar autorização.

Também foram alteradas as condições para estabelecer centros de culto; a nova diretiva limita a atividade religiosa exclusivamente a esses recintos. Haverá igualmente tolerância zero para as iniciativas proselitistas em lugares não religiosos e os serviços de informação serão zelosamente vigiados, sobretudo na Internet. Aumentarão, por último, a quantia das multas e as sanções em caso de incumprimento.

Brent Fulton, presidente da ChinaSource, pensa que a eficácia das novas disposições dependerá do zelo mostrado pelos funcionários locais. Mas o regime teve isto em conta e, em julho do ano passado, aprovou novas normas para os membros do Partido Comunista chinês, que são obrigados a aderir de forma expressa ao ateísmo e proibidos de pertencer a associações religiosas. Este último aspeto, assim como o maior controlo que o presidente está a exercer sobre os quadros locais, deixa-lhes pouca margem para fazerem exceções, como acontecia até agora nalgumas zonas.

Há uma contradição entre o interesse do partido pela regeneração moral e as novas restrições à liberdade religiosa. Ian Johnson revela o seu ceticismo sobre a campanha moralizadora: "Através do medo não se pode inculcar a moralidade", afirma. O que é evidente para Jillian Kay Melchior é que quem dirige o país conhece o "inegável potencial do cristianismo para a reforma política": estão conscientes de que a sua expansão pode "servir para restaurar a sociedade civil" e pôr em perigo o regime.

J. C.